

# PLANO ESTADUAL DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS DE PERNAMBUCO: A *ÁRVORE DE PROBLEMAS* NAS ESCUTAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Roberto Azoubel da Mota Silveira<sup>1</sup>

**Resumo:** o presente trabalho tem como objetivo analisar as informações levantadas através da *Árvore de problemas*, técnica do *Diagnóstico Rápido Participativo* (DRP), na etapa “Diagnósticos e informações” do processo de construção do Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Pernambuco (PELLLB). As informações aqui trabalhadas foram recolhidas nas escutas públicas realizadas em três municípios da Região Metropolitana do Recife: Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes e Recife.

**Palavras-chave:** Planejamento; Políticas Culturais; Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL); Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Pernambuco; Diagnóstico Rápido Participativo.

## 1. Introdução

No artigo *O financiamento da cultura – avaliação e perspectivas*, elaborado para a *I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto* promovida pela Câmara dos Deputados nos dias 22, 23, e 24 de novembro de 2000, Isaura Botelho, Doutora em Ação Cultural pela Universidade de São Paulo, faz a seguinte colocação:

Sabemos que uma política pública consequente não se confunde com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais. Não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm consequência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira pela PUC-Rio e Especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Univesitat de Girona (ESP).

criação, formação, difusão e consumo. Ou seja, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los. Ter um planejamento de intervenção num determinado setor significa dar importância a ele, e não, como parece que alguns acreditam, cometer uma ingerência nos conteúdos da produção.<sup>2</sup>

Como se pode constatar, o depoimento chama a atenção para a relevância do planejamento nas políticas públicas. No campo das políticas públicas culturais não é diferente. No Brasil, durante o regime militar instaurado com o golpe de 1964, ocorreram algumas tentativas de políticas culturais planejadas, como atesta o documento intitulado *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, lançado no governo do General Garrastazu Médice (1969-74), e a *Política Nacional de Cultura*, aprovada na administração do militar de mesma patente Ernesto Geisel (1974-78) (REIS, 2011). No entanto, só mais recentemente, mais precisamente desde o primeiro governo Lula (2003-06), houve um investimento mais consistente e efetivo nesta direção, cujo grande momento pode-se considerar a aprovação do *Plano Nacional de Cultura* no Congresso Nacional em 2 de dezembro de 2010 (Lei Nº12.343). Elemento constitutivo importantíssimo do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o PNC é hoje o principal documento de uma política planejada para a cultura brasileira.

Como parte do SNC, o PNC prevê, entre suas diretrizes, estratégias e ações, o estímulo ao desenvolvimento dos planos territoriais (planos de Cultura dos estados, do Distrito Federal e dos municípios) e setoriais. Sobre estes últimos, o PNC estabelece como atribuições do poder público:

coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação nacional.<sup>3</sup>

---

2 BOTELHO, Isaura. *O financiamento da cultura – avaliação e perspectivas*. In: *Desafios para o Século XXI - Coletânea de Textos da 1a. Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. Brasília: Câmara dos Deputados - Comissão de Educação, Cultura e Desporto - Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2001. pp.473 a 477.

3 Plano Nacional de Cultura. Capítulo II *Das atribuições do poder público*, artigo 3º, inciso XI.

Assim sendo, em sua Meta 46 o PNC determina: instalar colegiados e elaborar planos de cultura para todos os setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural.<sup>4</sup>

Os planos setoriais devem contemplar as especificidades de cada setor para que sejam atendidas pela política pública. Eles integram os Sistemas Setoriais de Cultura, conforme estabelecidos pelo SNC, e precisam, respeitando a lógica sistêmica proposta por este, ser criados em todos os níveis federativos. Nas suas elaborações é imperativo considerar tanto as peculiaridades territoriais quanto as setoriais dos respectivos entes federados.

Enfatizando a importância de uma política de planejamento para os setores artísticos-culturais, o presente trabalho tem como objetivo/objeto analisar a etapa “Diagnósticos e informações” no processo de construção do Plano Estadual de Livro e Leitura de Pernambuco, através das escutas públicas previstas em três municípios da Região Metropolitana do Recife: Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes e Recife. Para esse propósito, a sua abordagem é de natureza qualitativa, tendo utilizado para seu objetivo a pesquisa descritiva, com levantamento de dados e estudo de caso como procedimentos metodológicos.

## **2. O PNLL e os planos estaduais e municipais de LLLB**

O Plano Nacional de Cultura (PNC), como foi visto acima, prevê a construção de planos setoriais e foi aprovado como lei no final do ano de 2010. Curiosamente e de forma pioneira, um setor já tinha seu plano construído há mais de 4 anos, o de Livro Leitura, Literatura e Bibliotecas (LLLB)<sup>5</sup>.

---

4 *As metas do Plano Nacional de Cultura*, pág. 122.

5 Atualmente, dos vinte setores culturais com representação no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), além do LLLB, oito possuem planos setoriais elaborados (circo; dança; música; artes visuais; cultura indígena; teatro; cultura popular; e museus), sendo os formatos e estágios dos planos elaborados bastante diferentes entre si. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/planos-setorias/>. Acesso em 26/07/2016.

Como desdobramento de toda a mobilização e dos debates do Ano Ibero-americano da Leitura – Vivaleitura, empreendidos em 2005, os então ministros da Cultura e da Educação, Gilberto Gil e Fernando Haddad respectivamente, instituíram no dia 10 de agosto de 2006, por meio de uma Portaria Interministerial, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL. De acordo com o texto de sua apresentação no site do Ministério da Cultura:

O Plano Nacional do Livro e Leitura teve sua origem em mais de 150 reuniões públicas em todo o País nos anos de 2005 e 2006, ocasião em que sugestões para o Plano eram colhidas. Participaram do debate representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.<sup>6</sup>

O PNLL estabelece diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), considerando o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. É seu objetivo principal formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

Quatro eixos principais estruturam o PNLL:

1. Democratização do acesso ao livro;
2. Formação de mediadores para o incentivo à leitura;
3. Valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico;
4. Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

---

<sup>6</sup> Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>. Acesso em 11/06/2016.

Em cada um desses eixos são descritas linhas de ações que não são necessariamente um conjunto de iniciativas a serem efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas, de tal modo que os eixos possam servir como balizadores claros para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.

A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazos, com ênfase no caráter permanente. Nesse processo, o fomento e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional se tornam fundamentais. Pode-se pensar, inclusive, que o PNLL de fato só se concretizará nos PELLs e PMLLs. As formulações destes últimos é uma ação prevista no primeiro. Uma ação mais precisamente do seu Eixo 3, que logo no seu primeiro sub-eixo, intitulado “Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado”, sugere as suas construções.<sup>7</sup>

Em outubro de 2009, uma parceria formada pelo PNLL, Ministério da Cultura, Ministério da Educação e o Instituto Pró-Livro, lançou o programa “Mais Livro Mais Leitura nos Estados e Municípios”, cujo objetivo era fomentar e capacitar estados e municípios a construírem seus planos de Livro e Leitura. Para isso, o programa elaborou e disponibilizou um guia para implantação dos planos do setor nos entes federativos (intitulado *Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura*), um portal de acompanhamento dessa política na internet, um curso de Ensino à Distância e oficinas presenciais de capacitação.

O guia, uma espécie de cartilha passo-a-passo bastante didática, sugere e descreve catorze etapas para a elaboração desses documentos: 1. Criação do grupo de trabalho por formulação participativa; 2. Diagnósticos e informações; 3. Justificativa; 4. Princípios norteadores; 5. Eixos temáticos; 6. Definição de objetivos; 7. Criação de metas e indicadores; 8. Articulação de parcerias; 9. Gestão de

---

<sup>7</sup> Ver Caderno do PNLL - Edição atualizada e revisada em 2014. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>. Acesso em 11/06/2016.

recursos; 10. Institucionalidade; 11. Elaboração de ações; 12. Comunicação; 13. Continuidade; 14. Avaliação do Plano de Livro e Leitura.

Os diagnósticos do setor (etapa 2), através do levantamento de dados e informações, é uma etapa importantíssima no processo de construção dos planos, pois, de acordo com o guia:

Dispor de números e análises ajuda a minimizar os riscos de cometer equívocos e, ainda, a fazer novas leituras sobre a realidade local, contribuindo para que as decisões sobre o Plano não sejam tomadas com base em impressões parciais e/ou subjetivas do cenário local.<sup>8</sup>

Na elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Pernambuco esta tem sido uma etapa bastante considerada. Além do levantamento de informações em escutas públicas e em eventos do setor já realizados, nesse momento está prevista a execução de novas escutas públicas em todas as chamadas Regiões de Desenvolvimento (RDs) do Estado<sup>9</sup>. Porém, antes da análise do material levantado nas escutas realizadas em 3 municípios da Região Metropolitana do Recife, vale a pena conhecer um pouco sobre o processo de construção desse plano setorial pernambucano.

### **3. O Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Pernambuco**

Pernambuco integrou tardiamente ao Sistema Nacional de Cultura – foi o último Estado da União a assinar o *Acordo de Cooperação Federativa*<sup>10</sup>. Apenas às vésperas da *III Conferência Nacional de Cultura*, mais precisamente no dia 22 de novembro de 2013 (o evento nacional ocorreu entre os dias 27 de novembro e 1 de

---

8 *Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura*, pág. 15. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>. Acesso em 12/06/2016.

9 O estado de Pernambuco possui 12 Regiões de Desenvolvimento (RDs). São elas: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata Sul, Zona da Mata Norte, Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú, Sertão de Itaparica, Sertão Central, Sertão do Araripe e Sertão do São Francisco.

10 Firmado entre a União (por intermédio do Ministério da Cultura) e os estados, o Distrito Federal e os municípios, o *Acordo de Cooperação Federativa* tem por objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, em especial o Programa Mais Cultura. In: *Estruturação, institucionalização e implementação do SNC*, pág. 67.

dezembro do mesmo ano), o então governador Eduardo Campos anunciou a adesão do estado ao SNC<sup>11</sup>. Tal fato dificultou a construção de políticas culturais mais estruturantes e, conseqüentemente, respeitando a lógica sistêmica do SNC, planejadas. Apenas na atual gestão da Secretaria Estadual de Cultura é que os rumores sobre a construção de um Plano Estadual de Cultura passou a ganhar uma frequência mais forte. Em relação ao setor de LLLB, no entanto, algumas movimentações no sentido da elaboração de um plano setorial já vinham ocorrendo um pouco antes disso. Entre 2012 e 2014, eventos do setor foram realizados com coletas de dados e informações para o diagnóstico do PELLLB, como algumas pré-escutas itinerantes sobre a situação das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias por todo o estado; três encontros estaduais de bibliotecas públicas; uma pré-escuta com as cadeias criativa e produtiva do livro; além das escutas com a (extinta) comissão setorial<sup>12</sup> e as escutas nas conferências de cultura e no Planejamento Estratégico<sup>13</sup> do setor promovido pela Secult-PE em 2012.

Em meados de 2015, o Governo de Pernambuco, através das secretarias estaduais de cultura e de educação (Secult-PE e SEE-PE), e do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura (FPEBLLL)<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Existem especulações na classe artístico-cultural local sobre a demora da adesão de Pernambuco ao SNC. Entre elas, uma que diz respeito ao vínculo familiar do falecido ex-governador Eduardo Campos com o antigo presidente do Conselho Estadual de Cultura, o poeta Marcus Accioly (são primos e o CEC funcionava aos moldes dos Conselhos de Cultura instaurados durante o regime militar, ou seja, era composto por notáveis nomeados pelo governador). Outra, mais ligada a circunstância daquele momento político, refere-se a uma resistência do PSB (partido da gestão estadual) em relação ao governo federal, com quem acabara de romper após longa aliança nacional, motivada, inclusive, pela candidatura de Eduardo Campos a presidência da República. Muitos atribuem a adesão ao Sistema Nacional de Cultura as vésperas da *III Conferência Nacional de Cultura* como forma de evitar um desgaste político no mundo artístico-cultural do então governador do estado e, conseqüentemente, da sua candidatura.

<sup>12</sup> No final do ano de 2012 a então gestão da Secult-PE criou as Comissões Regionais e Setoriais de Cultura, que eram instâncias de cogestão (espaços de diálogo entre a sociedade civil e o poder público) e que integravam da estrutura da política de cultura naquele momento (ainda não havia o Conselho Estadual de Política Cultural aos moldes do SNC).

<sup>13</sup> Na mesma época em que instituiu as Comissões Regionais e Setoriais a Secult-PE realizou uma série de escutas públicas com o intuito de identificar os principais problemas na área de cultura no estado tanto junto aos setores artístico-culturais como nas Regiões de Desenvolvimento (RDs) de Pernambuco. Essas escutas foram chamadas de Planejamento Estratégico e o do setor de LLLB foi feito em 2013.

<sup>14</sup> O Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura (FPEBLLL) é um movimento social surgido em 2006, suprapartidário, de articulação interinstitucional (composto por integrantes de diversas organizações, tanto dos poderes públicos governamentais como da sociedade civil) e intersetorial (incluindo membros das três cadeias do setor do livro).

decidiram, por meio de pactuação, iniciar de forma mais sistemática e efetiva o processo de construção do PELLB. Desde então, inspirados no processo de construção do PNLL, nas experiências dos atores tanto governamentais quanto da sociedade civil e nas orientações trazidas pelo *Guia de Elaboração dos Planos Estaduais e Municipais*, o governo estadual junto ao FPEBLL indicaram seis eixos como diretrizes da discussão do plano setorial e estabeleceram a metodologia a ser empregada na sua construção.

Os eixos do PELLB de Pernambuco são:

- Democratização do acesso ao livro e à leitura;
- Fomento à formação de mediadores de leitura;
- Valorização das bibliotecas e de seu valor simbólico;
- Desenvolvimento da Economia do livro;
- Valorização da literatura;
- Integração da gestão do PELLB por Secult, SEE e Cepe (Companhia Editora de Pernambuco).

E como metodologia inicial, as Secretarias de Cultura e Educação, em diálogo com o Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura, estabeleceram as seguintes etapas:

- Inscrições para composição do Grupo Executivo do PELLB através de portaria conjunta (Secult-SEE);
- Realização de escutas públicas nas 12 Regiões de Desenvolvimento;
- Sistematização das Propostas para PELLB e revisão da Lei 12.829/2005;<sup>15</sup>
- Encaminhamentos do PELLB e revisão da Lei.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Lei que dispõe sobre a Política Estadual do Livro, conhecida também como Lei Coutinho (referência ao deputado estadual Augusto Coutinho, autor da lei)



### 3.1. Escutas públicas

As escutas públicas têm o objetivo de levantar e fornecer dados e informações para o diagnóstico do setor na construção do PELLLB. Nelas duas metodologias específicas foram escolhidas para serem empregadas: 1) a aplicação de um questionário para o mapeamento das bibliotecas públicas (escolares, comunitárias, municipais e estadual) e; 2) a construção da *Árvore de problemas*, técnica do *Diagnóstico Rápido Participativo* (DRP), envolvendo todas as cadeias do setor (inclusive as próprias bibliotecas que fazem parte da cadeia mediadora).

O questionário, intitulado *Mapeamento para bibliotecas públicas*, foi elaborado para ser aplicado durante o *I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas*, realizado nos dias 13 e 14 de novembro de 2012, com o objetivo de levantar os dados e informações desses equipamentos, como, por exemplo, as suas condições de funcionamento, suas gestões, seus serviços, entre outros. Esse questionário aplica-se apenas à cadeia mediadora, uma vez que ela tem a base estrutural (as próprias bibliotecas) para a democratização do acesso à leitura como política de Estado. O instrumento tem duas versões: uma dirigida aos gestores públicos das Gerências Regionais de Educação (GREs) e das Secretarias de Educação e Cultura, e outra voltada aos profissionais bibliotecários, mediadores de leitura e usuários/leitores que atuam/participam diretamente de ações nas bibliotecas. Essa metodologia foi aprimorada e replicada no segundo e no terceiro encontros estaduais e, por sua importância para analisar e planejar os investimentos para o elo mediador, terminou sendo incorporada ao processo das Escutas para o PEBLLL de Pernambuco.

A *Árvore de problemas* analisa a relação causa-efeito de vários aspectos de um objeto determinado pela comunidade. Ela possibilita identificar possíveis soluções para problemas apontados através da análise sistemática das relações causais, o que é muito importante, tendo em vista que, em muitos casos, a falta de cuidado na definição das causas limita as chances de sucesso na formulação de alternativas de soluções efetivas (GUIMARÃES, 2007). É uma técnica do *Diagnóstico Rápido Participativo*, que como o próprio nome já revela, é um método baseado na

---

<sup>16</sup> Informações de material cedido pela Secult-PE para apresentações públicas sobre o PELLLB-PE.

participação das pessoas presentes nas escutas e que tem como objetivos a construção coletiva e a obtenção de informações e conhecimentos das realidades locais, a partir do ponto de vista de seus membros, promovendo a mobilização dos interessados em torno da reflexão sobre a situação atual e a visualização de cenários futuros do tema em questão. De acordo com Verdejo (2006):

O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a ideia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la. A intervenção das pessoas que compõem a equipe que intermedia o DRP deve ser mínima; de forma ideal se reduz a colocar à disposição as ferramentas para a auto-análise dos/as participantes. Não se pretende unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. O objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável.<sup>17</sup>

A *Árvore de problemas* na construção do PELLB de Pernambuco, diferentemente do *Mapeamento para bibliotecas públicas*, pode (e deve) contar com a participação de representantes das três cadeias que compõe o setor de LLLL. Ela está estruturada em quatro etapas a serem trabalhadas pelos participantes das escutas: Identificar problemas; Buscar causas; Explicitar consequências e; Indicar alternativas (propostas).

#### **4. Escutas públicas nos municípios da Região Metropolitana do Recife**

A 1ª escuta pública oficial do plano setorial foi realizada na Região do Sertão do São Francisco, no município de Petrolina, no dia 4 de maio de 2016, durante o 3º *CLISERTÃO – Congresso Internacional do Livro, Leitura e Literatura no Sertão*, importante evento do setor promovido pelo governo estadual. Dela participaram escritores, editores, professores, bibliotecários e mediadores de leitura dos municípios da região. Logo após essa escuta, ainda no mês de maio (no dia 11),

---

<sup>17</sup> VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*, pág. 12.

ocorreu uma audiência pública no Teatro Arraial<sup>18</sup>, conduzida pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco, na qual foram apresentados alguns dados sobre o setor LLLB em Pernambuco, a metodologia da elaboração do plano e também informações atuais sobre o movimento nacional em torno da construção dessa política. De acordo com o site *Revista Biblioo – Cultura informacional*:

A audiência tornou público o processo de construção do planejamento estratégico para a política do setor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, informou e sensibilizou a sociedade civil, os poderes executivos e legislativos municipais e estadual para participarem ativamente dessas ações.<sup>19</sup>

Os próximos passos foram as escutas em três municípios da Região Metropolitana do Recife<sup>20</sup>, objeto deste artigo. As escolhas das cidades se deram pelos seguintes motivos: Abreu e Lima pelo acesso dos municípios localizados mais ao norte da RMR, Jaboatão dos Guararapes pela mesma razão em relação aos municípios mais ao sul e o Recife por congregar o maior contingente de representantes do setor de LLLB (em todas as suas três cadeias) de todo o Estado.

#### **4.1. Abreu e Lima**

A 2ª escuta pública oficial (1ª da Região Metropolitana do Recife) ocorreu na cidade de Abreu e Lima, mais precisamente no auditório da Secretaria de Educação do município, no dia 21 de junho de 2016. O evento contou com a participação de 49 interessados oriundos de todos os municípios localizados mais ao norte da RMR, a saber: Abreu e Lima, Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Paulista e Araçoiaba. Entre as cadeias do setor de LLLB, dividiam-se entre 45 representantes da cadeia

---

<sup>18</sup> Equipamento pertencente à Secretaria de Cultura de Pernambuco e localizado na cidade do Recife.

<sup>19</sup> *PELLLB Pernambuco - O estado da arte do processo e o desafio de tornar este um estado de leitores*. Disponível em: <http://biblioo.info/pelllb-pernambuco>. Visitado em 25/07/2016.

<sup>20</sup> A RMR compreende 14 municípios. Por ordem alfabética, são eles: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

mediadora e 4 representantes da cadeia criativa, todos(as) escritores(as) que também desenvolviam atividades profissionais ligadas a mediação de leitura. Não esteve presente nenhum representante da cadeia produtiva, o que, de certo modo, já era esperado, tendo em vista não haver nos municípios do norte da RMR editoras, livrarias ou distribuidoras de livro.

Após a apresentação do processo de construção do PELLB pela equipe da Coordenadoria de Literatura da Secult-PE, os participantes foram divididos em dois grupos: um, composto por um representante de cada biblioteca pública presente, para responder ao *Mapeamento para bibliotecas públicas*; e outro para participar da *Árvore de problemas*. Este último grupo foi subdividido em três outros grupos (A, B e C) que trabalharam as quatro etapas determinadas no uso da técnica, elencando os problemas (entre os quais foram destacados os cinco mais importantes), as causas, as consequências e as propostas. O resultado está na tabela abaixo:

<b>Problemas<sup>21</sup></b>	<b>Causas</b>	<b>Consequências</b>	<b>Propostas</b>
<b>1A - Falta de incentivo a leitura de escritores locais.</b>	1 A – Inserção e controle de políticas públicas nas atividades realizadas nas bibliotecas públicas. Falta de profissionais responsáveis envolvidos no processo.	1 A – Falta de atenção por parte do poder público em relação à cultura de base.	1 A – elaboração de projetos de incentivo à leitura. Promoção de produção dos artistas locais. Inclusão de profissionais envolvidos nos processos. Gestão e controle de recursos destinados aos projetos de cultura.
<b>1B - Falta de formação de mediadores de leitura.</b>	1B - Desinteresse dos governantes em políticas públicas destinadas a esse fim.	1 B - Analfabetismo funcional. O profissional (mediador) não se sente valorizado ou não percebe o valor que tem no	1B – Elaboração de leis que assegurem investimentos destinados à formação de leitores.

<sup>21</sup> Os problemas que estão em fontes vermelhas foram considerados como os mais importantes por todos os grupos.

		processo de formação de leitores.	
1C - Carência de profissionais da área de biblioteca.	1C - Falta de formação dos profissionais;  1C – Salário pouco atrativo.	1C – Desorganização do acervo da biblioteca;  1C – Ausência de planejamento estratégico para uma efetiva atuação;  1C – Bibliotecas inoperantes.	1C – Políticas de incentivo aos profissionais;  1C – Políticas públicas que garantam maior oferta em cursos voltados para atuação na área (nível técnico, graduação e extensão, bem como formação continuada).
3C + 2B + 2C (síntese) - Ausência de dotação orçamentária para a manutenção de bibliotecas, contemplando acervo, espaço, mediação e gestão.	3C – Ausência de prioridade nessa área;  2B - Desinteresse dos governantes em políticas públicas destinadas a esse fim;  2C – Falta de interesse do poder público;  2C – Falta de conhecimento da sociedade em relação à importância da biblioteca municipal e pública.	2B – Bibliotecas não se tornam atrativas para os usuários. Algumas bibliotecas funcionam em espaços inadequados;  2C – Espaços sem visibilidade;  2C – Inatividade da biblioteca;  2C – Inoperância da biblioteca;  2C – Evasão do público;  3C – Acervo desatualizado;  3C – Desestímulo da leitura.	2B - Elaboração de leis que assegurem investimentos destinados às bibliotecas;  2C – Investimentos em melhorias na estrutura física;  2C – Preservação do espaço público;  3C – Mobilização da comunidade escolar e da sociedade em geral;  3C - Sensibilizar o poder público municipal sobre este problema.
5C – Ausência de apoio aos		5C – Baixa produção literária	5C – Criação de editais voltados

escritores na publicação de livros.		local.	para a produção literária local.
3B - Falta de recursos financeiros para compras de livros.	3B - Desinteresse dos governantes em políticas públicas destinadas a esse fim.	3B – Acervo desatualizado e visitação de leitores comprometida (pequenos e sem ventilação).	3B – Criação de políticas públicas que obriguem os governantes a investirem na compras de livros.
4B - Ausência do profissional bibliotecário em bibliotecas e espaços de leitura.	4B – Poucas vagas destinadas à formação de bibliotecários em universidades públicas. Pela baixa remuneração supomos que os bibliotecários escolhem trabalhar em outras instituições.	4B – Em algumas bibliotecas o acervo é desorganizado. As bibliotecas funcionam com profissionais que possuem outro tipo de formação.	4B – Aumento de número de vagas para a formação de bibliotecários em universidades públicas, incluindo o interior;  4B – Elaboração de políticas públicas para a criação de um plano de cargos e carreiras para esse profissional.
4C – Limitação no horário de funcionamento das bibliotecas.		4C – Bibliotecas fechadas em alguns turnos do final de semana.	4C – Remuneração atrativa;  4C – Aumento do número de funcionários.

## 4.2. Jaboatão dos Guararapes

A cidade de Jaboatão do Guararapes sediou a 3ª escuta pública oficial (2ª da Região Metropolitana do Recife), que foi realizada no auditório da sede da Prefeitura Municipal, no dia 10 de agosto de 2016. Participaram dessa escuta 50 pessoas dos quatro municípios da RMR SUL (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Moreno e o próprio município-sede), além de um participante de Camaragibe, cidade central dessa Região. Entre as cadeias do setor LLLB foram 4 participantes ligados à

criação (todos escritores), 45 a mediação e 1 a produção (editor), este só pode participar do início do evento, pois precisou se ausentar por razão de outros compromissos agendados anteriormente.

A metodologia utilizada se repetiu conforme pré-estabelecida, com a formação dos dois grandes grupos, um do *Mapeamento para bibliotecas públicas* e outro da *Árvore de problemas*. Como o número de participantes deste último grupo foi aproximado ao da escuta de Abreu e Lima, ele também foi subdividido em três outros subgrupos (A, B e C). Os problemas apontados por estes se repetiram com frequência, o que possibilitou condensá-los em seis tópicos, entre os quais também foram destacados os cinco principais, igualmente realçados em fontes vermelhas, conforme se pode observar (juntamente com os dados das outras etapas da *Árvore*) na tabela abaixo:

<b>Problemas<sup>22</sup></b>	<b>Causas</b>	<b>Consequências</b>	<b>Propostas</b>
3A + 3B + 4A + 5A - Falta de atualização dos acervos e de equipamentos em geral e internet	3A – Verba para comprar livros;  3B - Verbas destinadas para atualização do acervo não é viabilizada;  4A - O usuário não tem acesso à informação via internet;  5A - Falta de verbas para compras de livros.	3A - O estudante não tem acesso a esta fonte de pesquisa.  3B - O estudante não encontra interesse pelos livros disponíveis;  4A - Ausência de Wifi;  4A - Ausência de acervo informatizado.  5A - O Usuário fica sem opção para pesquisa;	3A - Na ausência dos livros sugerimos pesquisar na internet.  3B - Acervo atualizado;  3B - cobrar dos órgãos competentes que livros atuais cheguem até às escolas;  4A - A gestão deve providenciar técnicos para instalação;  5A - Receber recursos (verba).
1A + 2B + 5B -	1A – Desativação	1A - Má	1A - Necessidade

<sup>22</sup> Os problemas que estão em fontes vermelhas foram considerados como os mais importantes por todos os grupos.

<p>Falta de estrutura física nas escolas (sala de leitura e biblioteca)</p>	<p>do prédio da biblioteca há oito anos.</p> <p>2B - Escolas sucateadas;</p> <p>2B - Falta de interesse dos gestores;</p> <p>2B - Desvio de objetivos no tocante dos espaços próprios para bibliotecas – usados para dispensas ou depósitos de mobiliário quebrado;</p> <p>5B - Não há espaços;</p> <p>5B - As escolas não foram projetadas para terem bibliotecas;</p> <p>5B - Não há interesse em construir bibliotecas.</p>	<p>acomodação dos alunos por conta do amontoado de materiais dentro da sala, já que se chega a levar um quantitativo de 500 alunos participantes em projetos de leitura;</p> <p>2B - Ter que improvisar;</p> <p>2B - Adaptar-se ao modo de atender aos alunos;</p> <p>2B - Levar em conta que é um problema geral;</p> <p>5B - Alunos sem direito a este espaço e sem desenvolvimento intelectual.</p>	<p>de um novo olhar político sobre as bibliotecas escolares. Que se torne lei a Biblioteca Escolar nas escolas públicas;</p> <p>2B - Mais fiscalização dos órgãos públicos e privados;</p> <p>2B - Mais interesse dos gestores no sentido da viabilidade das bibliotecas nas escolas;</p> <p>5B - Gestão precisa realizar as reformas junto à gestão escolar.</p>
<p>1C - Ausência de recursos específicos destinado ao incentivo à leitura</p>	<p>1C - Não há priorização de verbas do orçamento municipal destinada às bibliotecas públicas;</p> <p>1C - Desenvolvimento por parte dos gestores dos recursos</p>	<p>1C - Falta de acesso às bibliotecas;</p> <p>1C - Falta de ambiente saudável (equipamentos atualizados).</p>	<p>1C - Ampliação do orçamento, contemplando ações de incentivo à leitura nas bibliotecas.</p>



	destinados as bibliotecas.		
<b>1B + 2C - Carência de profissionais habilitados como mediadores de leitura e de bibliotecários</b>	<p>1B - A rede municipal alega que não há professores efetivos suficientes para fazerem o trabalho de mediação de leitura nas bibliotecas escolares e que não pode contratar pessoas para esta finalidade;</p> <p>2C - Falta de capacitação profissional.</p>	<p>1B - Escolas com bibliotecas fechadas, subutilizadas, acervos em estado de deteriorização e, desta forma, os alunos não podem aproveitar a maravilha da leitura literária;</p> <p>2C - Não há um bom atendimento. Falta de condicionamento e conservação dos livros (organização das bibliotecas).</p>	<p>1B - Contratação de profissionais para a função de mediador de leitura;</p> <p>1B - Formação para estes profissionais;</p> <p>2C - Colocar nas bibliotecas profissionais habilitados;</p> <p>2C - Gratificações de incentivos profissionais.</p>
<b>2A - Ausência de acessibilidade estrutural de acesso à biblioteca e ao acervo e equipamentos</b>		2A - Inviabilidade de realização de projetos no auditório.	2A - A gestão realizar obras para atender as necessidade de usuários com dificuldades de locomoção.
1D - Insuficiência de incentivo financeiro para publicações	1D - Ausência de políticas públicas para escritores e ilustradores.	1D - Redução do número de publicações e impossibilidade de vendas a nível nacional.	1D - Ampliação do número de editais para publicações no Estado.
4B - A biblioteca torna-se depósito de livros didáticos quando chegam (desvio das funções da biblioteca).	<p>4B - Não há espaços separados, um para os livros didáticos e a biblioteca para os livros de outros acervos;</p> <p>4B - Importância maior para os livros didáticos;</p> <p>4B - Preterimento</p>	<p>4B - Falta de espaço pra sentar e transitar;</p> <p>4B - As mesas ficam ocupadas com livros;</p> <p>4B - Os alunos não chegam perto;</p> <p>4B - Os alunos vão buscar livros didáticos</p>	<p>4B - Organizar um espaço só para os livros didáticos;</p> <p>4B - Organizar os espaços para dois os acervos;</p> <p>4B - Construir novas bibliotecas.</p>

	de outros acervos;  4B - Falta de organização do espaço.	emprestados;  4B - Bibliotecas desorganizadas.	
--	--	--	--

### 4.3. Recife

A capital pernambucana recebeu a 4ª escuta pública oficial, sendo esta a última da Região Metropolitana do Recife. Ela ocorreu no dia 16 de novembro de 2016, no auditório da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano, e foi dividida em dois turnos, tarde e noite, em decorrência da expectativa de um grande número de presentes e também para facilitar a participação dos que fazem o setor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas na cidade, maior contingente no estado de Pernambuco. Contribuíram no processo 44 pessoas (oriundas majoritariamente do município sede, apenas duas delas da vizinha Olinda), assim distribuídas entre as cadeias do setor LLLB: 5 ligadas à criativa (todas escritores/as), 31 à mediadora e 8 à produtiva (nesta última subdivididas entre editores e um produtor de feiras e eventos literários).

Nos dois turnos foi utilizada a mesma metodologia pré-estabelecida: formação dos dois grandes grupos, o do *Mapeamento para bibliotecas públicas* e o da *Árvore de problemas*. Em relação ao último, objeto de investigação desse artigo, os participantes, tanto no turno da tarde quanto no da noite, foram divididos em dois subgrupos (A e B). No turno da tarde foram elencados seis problemas (e suas respectivas *causas, consequências e propostas*), entre os quais também foram escolhidos os cinco prioritários, destacados da mesma forma em fontes vermelhas, como mostra a tabela a seguir:

<b>Problemas<sup>23</sup></b>	<b>Causas</b>	<b>Consequências</b>	<b>Propostas</b>
1B - Bibliotecas municipais, escolares e comunitárias de	1B - Ausência de políticas públicas registradas em lei que garantam	1B - Dificuldade no planejamento das ações; aquisição apenas por	1B - Construção dos planos municipais e estadual com

<sup>23</sup> Os problemas que estão em fontes vermelhas foram considerados como os mais importantes por todos os grupos.

Recife e Olinda não possuem orçamentos próprios.	dotação orçamentária para o segmento.	doações; risco de descontinuidade das ações; limitação nos investimentos de manutenção predial.	investimento garantido por lei para o segmento.
2B+4A - Falta de profissionais qualificados nas bibliotecas (ausência e rotatividade de profissionais e colaboradores).	2B+4A - Ausência de concurso público (para a seleção de profissionais qualificados com formação específica) para preenchimento de quadros funcionais das bibliotecas municipais, escolares e comunitárias.	2B+4A - Descontinuidade nos projetos; rotatividade dos colaboradores; segurança dos direitos trabalhistas.	2B+4A - Concurso público para a seleção de profissionais nas áreas de: biblioteconomia; e pedagogia; e informática (superior e técnico).
2A - Ausência de critérios de bibliodiversidade nas aquisições de acervo em compras públicas.	2A - Falta de acervo que contemple a diversidade da humanidade.	2A - Investimento em acervo que reforça diversos estereótipos entre outras questões relacionadas à garantia dos direitos humanos.	3A - Aquisição de mais livros de literatura contemporânea.
3A - Dificuldade dos escritores em publicar e publicizar os seus livros.			3A - Garantir através de políticas públicas a publicação e publicização da produção dos escritores, ilustradores e outros profissionais do livro de Pernambuco.
5A - Desarticulação entre governo do estado e iniciativa privada nas ações que podem impulsionar o			5A - Criação de fundo de apoio para essas iniciativas.

engajamento no universo da leitura, tais como bienal e demais feiras literárias.			
1A - Bibliotecas funcionando de forma precária ou insatisfatória.	1A - Falta de reconhecimento dos espaços/bibliotecas que existem e suas condições de funcionamento.		1A - Contemplar no PELLB recursos financeiros para a formação, compra de equipamentos, contratação de profissionais etc.

No turno da noite foram apontados apenas 4 problemas (e suas respectivas *causas*, *consequências* e *propostas*) que, naturalmente, foram tratados como os mais relevantes e por isso estão em fontes vermelhas na tabela a seguir:

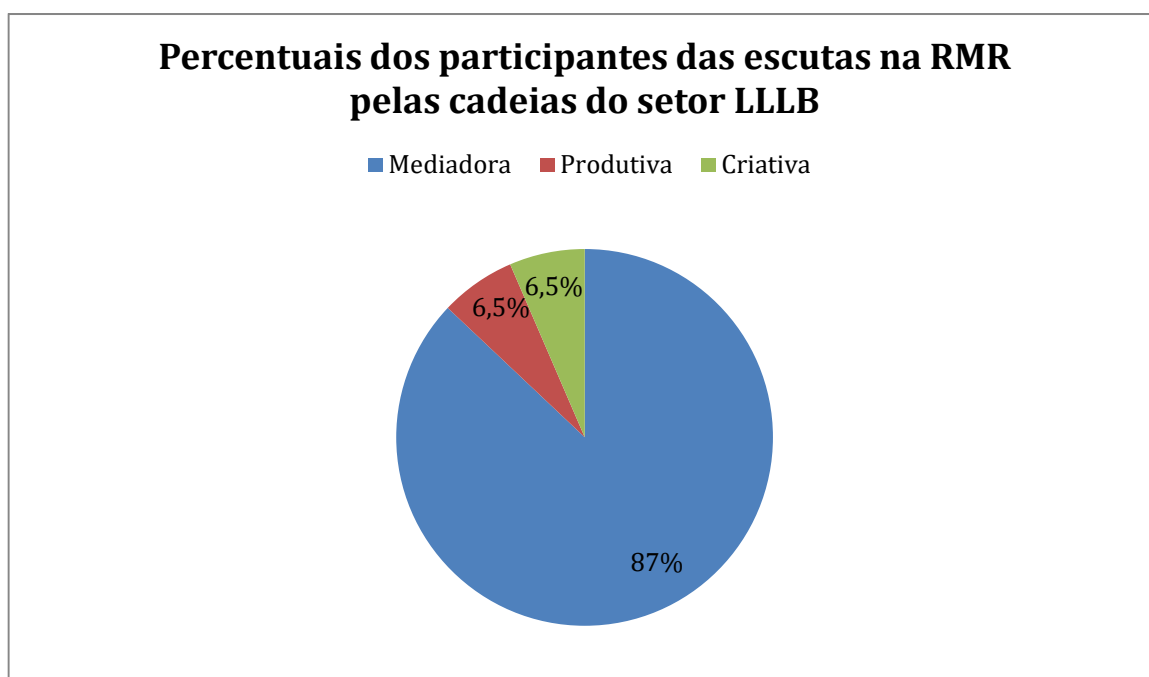
<b>Problemas<sup>24</sup></b>	<b>Causas</b>	<b>Consequências</b>	<b>Propostas</b>
1A+2B - Dificuldade de acesso aos programas de compras de livros didáticos, paradidáticos e folhetos de cordel de pequenas editoras nas compras governamentais/Dificuldade de comercialização de autores e editoras locais nas compras públicas.	1A - Falta de transparência no processo na escolha de compras dos títulos dos livros;  2B - Ausência de critérios claros.	1A - Baixo nível do desenvolvimento econômico e pouca geração de negócios para as cadeias produtiva e criativa no Estado;  2B - Comprometimento da cadeia local do livro.	1A - Criações de editais e compras direcionadas à pequenas editoras para fomentar a cadeia produtiva e criativa local;  2B - Criar um edital para selecionar livros de autores independentes para serem adotados pela rede pública;  2B - Criar um programa de compras de livros com critérios

<sup>24</sup> Os problemas que estão em fontes vermelhas foram considerados como os mais importantes por todos os grupos.

			discutidos com os três elos do livro.
2B - Bibliotecas escolares e municipais fechadas em várias localidades.	2B - Ausência de profissionais.	2B - Falta de acesso, desestímulo e desperdício.	2B - Selecionar e contratar profissionais para atuar nas bibliotecas;  Institucionalização de ações de leitura nas bibliotecas.
1A - Baixo número de leitores.	1A - Deficiência na formação de leitores;  Baixo número de bibliotecas;  Má formação de professores;  Ausência de políticas permanentes para formação de leitores.	1A - Baixo consumo de literatura;  Baixo nível crítico;  Alienação.	1A - Criar programa para formação de leitores;  Criar programa para capacitação de professores.
3A - Falta de envolvimento e organização política da cadeia produtiva do livro.	3A - Descrença nas políticas públicas;  Falta de democratização nas decisões ligadas à cadeia produtiva do livro.	3A - Eventos com baixo impacto;  Pouco envolvimento da cadeia do livro;  Poucos negócios firmados.	3A - criar mecanismos de regulação e democratização dos investimentos públicos na economia do livro;  Promover encontros com a cadeia produtiva do livro para a discussão das ações do Estado (inclusive LOA).

## 5. Balanço geral das escutas públicas na RMR: algumas considerações sobre a participação das cadeias do setor e seus respectivos problemas e propostas levantados nas *Árvores de problemas*

As escutas públicas realizadas nos três municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) geraram importantes dados e informações que contribuirão no processo de construção do Plano Estadual de Livro e Leitura de Pernambuco. Delas participaram ao todo 143 pessoas divididas da seguinte forma em relação às cadeias do setor LLLB: 121 ligadas à cadeia mediadora (87%), 9 ligadas à cadeia produtiva (6,5%) e 9 ligadas à cadeia criativa (6,5%).

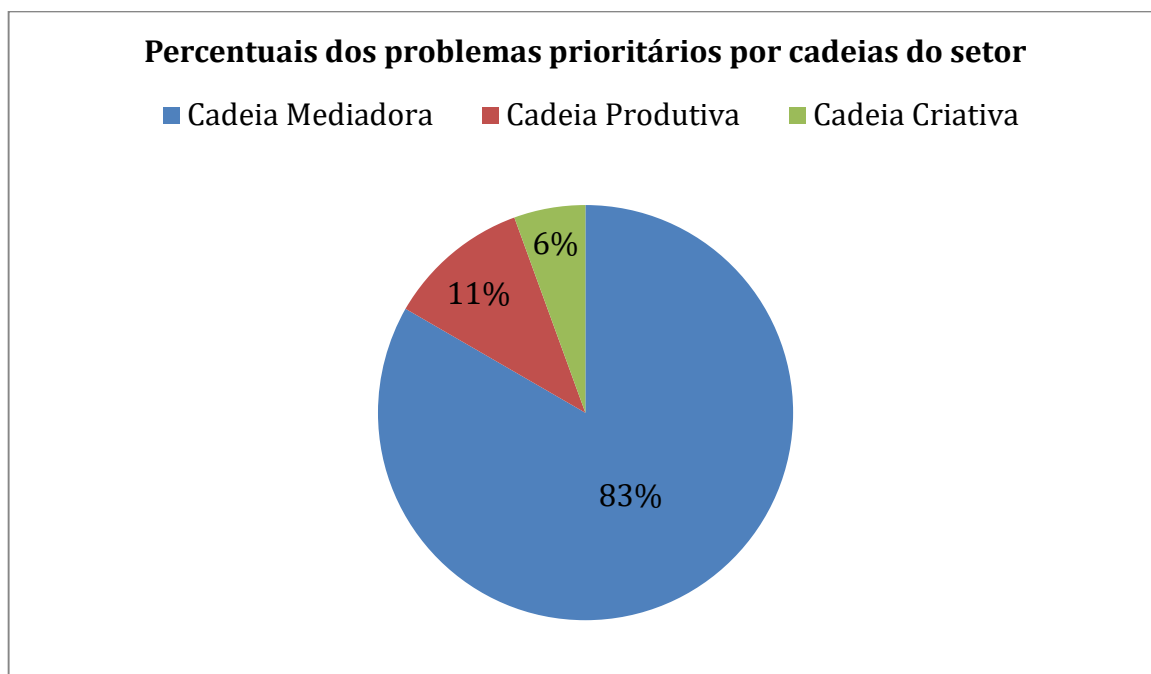


A disparidade entre os números de participantes da cadeia mediadora em relação às outras duas não é novidade para quem trabalha com as políticas do setor LLLB. Tradicionalmente, bibliotecários(as), professores(as), mediadores(as) de leitura, contadores(as) de histórias, gestores(as) de bibliotecas públicas (municipais, escolares, estaduais, comunitárias) e leitores(as) têm participado de forma mais numerosa e efetiva da construção das políticas do setor no país. Nas escutas da RMR não foi diferente, conforme comprova o alto percentual de presença de cooperadores(as) ligados à mediação de leitura. No que diz respeito à cadeia produtiva, dos nove participantes das escutas, apenas um era produtor de eventos

literários e todo restante (oito) eram representantes de editoras. E, por fim, em relação à cadeia criativa, todos os nove colaboradores eram escritores(as).

### 5.1. Problemas e propostas (indicação de alternativas) distribuídos nas três cadeias do setor

A expressiva participação da cadeia mediadora do setor se reflete, obviamente, nos dados obtidos através das *Árvores de problemas* construídas nas escutas públicas dos três municípios. Logo na etapa de identificação de problemas (as outras – causas, consequências e propostas - são decorrentes dela), os números estampam essa presença hegemônica: dos 25 problemas totais levantados, 20 foram referentes à cadeia mediadora, 3 à cadeia produtiva e 2 à cadeia criativa. Com o corte para elencar os problemas considerados prioritários, obtem-se o seguinte resultado: 18 problemas destacados como prioritários, sendo 15 concernentes à cadeia mediadora, 2 à cadeia produtiva e 1 à cadeia criativa. O gráfico abaixo mostra o percentual destes últimos números:



Nas tabelas adiante, são discriminados os problemas prioritários e suas respectivas **propostas (indicação de alternativas)** relativos à cada cadeia do setor de LLLB:

CADEIA MEDIADORA	
PROBLEMAS <sup>25</sup>	PROPOSTAS (INDICAÇÃO DE ALTERNATIVAS)
Falta de incentivo à leitura de escritores locais (AL);	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de projetos de incentivo à leitura;</li> <li>- Promoção de produção dos artistas locais;</li> <li>- Inclusão de profissionais envolvidos nos processos;</li> <li>- Gestão e controle de recursos destinados aos projetos de cultura.</li> </ul>
Falta de formação de mediadores de leitura (AL);	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de leis que assegurem investimentos destinados à formação de leitores.</li> </ul>
<b>Falta de profissionais qualificados nas bibliotecas (ausência e rotatividade de profissionais e colaboradores)</b> (AL, JG e Rt); <sup>26</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de políticas de incentivo aos profissionais;</li> <li>- Criação de políticas públicas que garantam maior oferta em cursos voltados para atuação na área (nível técnico, graduação e extensão, bem como formação continuada).</li> <li>- Contratação de profissionais para a função de mediador de leitura;</li> <li>- Formação para estes profissionais;</li> <li>- Contratação de profissionais habilitados nas bibliotecas;</li> </ul>

<sup>25</sup> As siglas ao lado dos problemas e suas referências de localidades: AL = Abreu e Lima; JG = Jaboatão dos Guararapes; Rt = Recife tarde; Rn = Recife noite.

<sup>26</sup> Os dois problemas grifados em negrito se repetem de forma muito objetiva (praticamente sem variações textuais) nos municípios da RMR escutados e devem ser tratados com muita importância no processo de construção do PELLB-PE.



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de gratificações de incentivos profissionais.</li> <li>- Concurso público para a seleção de profissionais nas áreas de: biblioteconomia; pedagogia; e informática (superior e técnico).</li> </ul>
<b>Ausência de dotação orçamentária para a manutenção de bibliotecas, contemplando acervo, espaço, mediação e gestão (AL e Rt);<sup>27</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de leis que assegurem investimentos destinados à bibliotecas;</li> <li>- Investimentos em melhorias na estrutura física das bibliotecas;</li> <li>- Preservação do espaço público;</li> <li>- Mobilização da comunidade escolar e sociedade em geral;</li> <li>- Sensibilização do poder público municipal sobre este problema.</li> </ul>
Falta de atualização dos acervos, de equipamentos em geral e internet (JG);	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização da internet na carência dos livros físicos;</li> <li>- Atualização do acervo;</li> <li>- Cobrar dos órgãos competentes que livros atuais cheguem até as escolas;</li> <li>- Contratação de técnicos para instalação de equipamentos em geral e internet;</li> <li>- Destinação de recursos (verbas) para atualização dos acervos, de equipamentos em geral e internet.</li> </ul>
Falta de estrutura física nas escolas (sala de leitura e biblioteca); (JG)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer um novo olhar político sobre as bibliotecas escolares;</li> <li>- Cumprir a lei da Biblioteca Escolar nas escolas públicas;</li> <li>- Estabelecer mais fiscalizações dos órgãos públicos e privados;</li> </ul>

<sup>27</sup> Os dois problemas grifados em negrito se repetem de forma muito objetiva (praticamente sem variações textuais) nos municípios da RMR escutados e devem ser tratados com muita importância no processo de construção do PELLB-PE.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular o maior interesse dos gestores no sentido da viabilidade das bibliotecas nas escolas;</li> <li>- Realização das reformas junto à gestão escolar.</li> </ul>
Ausência de recursos específicos destinado ao incentivo à leitura; (JG)	- Ampliação do orçamento que contemple ações de incentivo à leitura nas bibliotecas.
Ausência de acessibilidade estrutural de acesso à biblioteca e ao acervo e equipamentos; (JG)	- Realização de obras para atender às necessidades de usuários com dificuldades de locomoção.
Bibliotecas municipais, escolares e comunitárias de Recife e Olinda não possuem orçamentos próprios.	- Construção dos planos municipais e estadual que garantam investimentos por lei para o segmento.
Ausência de critérios de bibliodiversidade nas aquisições de acervo em compras públicas; (Rt)	- Aquisição de mais livros de literatura contemporânea.
Desarticulação entre governo do estado e iniciativa privada nas ações que podem impulsionar o engajamento no universo da leitura, tais como bienal e demais feiras literárias; (Rt)	- Criação de fundo de apoio para essas iniciativas.
Bibliotecas escolares e municipais fechadas em várias localidades; (Rn)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Selecionar e contratar profissionais para atuar nas bibliotecas;</li> <li>- Institucionalização de ações de leitura nas bibliotecas.</li> </ul>
Baixo número de leitores. (Rn)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de programa para formação de leitores;</li> <li>- Criação de programa para capacitação de professores.</li> </ul>

<b>CADEIA PRODUTIVA</b>	
<b>PROBLEMAS<sup>28</sup></b>	<b>PROPOSTAS (INDICAÇÃO DE ALTERNATIVAS)</b>
Dificuldade de acesso aos programas de compras de livros didáticos, paradidáticos e folhetos de cordel de pequenas editoras nas compras governamentais/Dificuldade de comercialização de autores e editoras locais nas compras públicas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de editais e compras direcionadas às pequenas editoras para fomentar a cadeia produtiva e criativa local;</li> <li>- Criação de edital para selecionar livros de autores independentes para serem adotados pela rede pública;</li> <li>- Criação de um programa de compras de livros com critérios discutidos com as três cadeias do setor.</li> </ul>
Falta de envolvimento e organização política da cadeia produtiva do livro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de mecanismos de regulação e democratização dos investimentos públicos na economia do livro;</li> <li>- Promoção de encontros com a cadeia produtiva do livro para a discussão das ações do Estado (inclusive LOA).</li> </ul>

<b>CADEIA CRIATIVA</b>	
<b>PROBLEMA<sup>29</sup></b>	<b>PROPOSTAS (INDICAÇÃO DE ALTERNATIVAS)</b>
Ausência/dificuldade de apoio aos escritores na publicação e publicização dos seus livros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de editais voltados para a produção literária local.</li> <li>- Garantir através de políticas públicas a publicação e publicização da produção dos escritores, ilustradores e outros profissionais do livro de Pernambuco.</li> </ul>

<sup>28</sup> Os problemas prioritários da cadeia são originários da escuta noturna do Recife.

<sup>29</sup> Problema repetido nas escutas de Abreu e Lima e do turno da tarde do Recife e em ambas elencado como prioritário.

## 5.2. Algumas considerações e o estado da arte

O farto material levantado pelas escutas públicas realizadas nos três municípios da Região Metropolitana do Recife já expõe a dimensão do árduo trabalho que será enfrentado pelos que estão envolvidos na elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e bibliotecas (PELLLB).

Estas escutas tiveram uma ampla divulgação tanto por parte da Secretaria de Cultura do estado, sobretudo através do portal *Cultura PE* ([www.cultura.pe.gov.br](http://www.cultura.pe.gov.br)), como pela capilaridade comunicacional do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas do Livro, da Leitura e da Literatura (FPEBLLL), tendo em vista ser este composto por várias organizações, tanto dos poderes públicos governamentais como da sociedade civil e também integrado por membros das três cadeias do setor. No entanto, em relação à quantidade de participantes ficou aquém do que era esperado pelos organizadores, especialmente nas duas escutas do Recife, para as quais eram esperado um volume maior de colaboradores.

De pronto efeito e de forma evidente, um grave problema se apresentou em todas elas: a presença muito preponderante de representantes da cadeia mediadora em contraponto ao baixíssimo comparecimento daqueles ligados às cadeias produtiva e criativa do setor. O fato é incômodo pois, conforme pode-se perceber nas informações aqui dispostas, coloca em risco o equilíbrio entre as cadeias na construção dos objetivos e metas do PELLLB, ou seja, pode gerar um documento desproporcional no que tange os interesses das representações variadas do setor.

Um outro ponto a destacar foi a qualidade no diagnóstico dos *Problemas* levantados, na maioria das vezes precisos e retratando com fidelidade a situação atual do setor na Região Metropolitana do Recife. O que, no entanto, foi dissonante em relação à insipiência das *Propostas (indicação de alternativas)* colhidas, constantemente vagas e pouco objetivas.

No mais, vale realçar a primazia democrática das pessoas que integraram a organização das escutas. Sempre pacientes e atenciosas, elas deram espaço para que todos os participantes se expressassem de forma livre, sem direcionamentos, no que diz respeito a possíveis conduções (o que as tornariam ilegítimas) das respostas.

Menos de dez dias após as escutas públicas do Recife, mais precisamente no

dia 25 de novembro, representantes das três cadeias do setor em Pernambuco (devidamente inscritos após chamada pública para participarem do processo eleitoral<sup>30</sup>), elegeram os seus 06 (seis) integrantes do Grupo Trabalho (GT) que coordenará o processo de elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB), dois de cada uma das cadeias que compõem o setor LLLB. O GT, agora completo, é composto por 12 representantes, com os 06 integrantes do Poder Público, obedecendo à seguinte composição: 02 (dois) da Secretaria de Cultura de Pernambuco – Secult-PE; 02 (dois) da Secretaria Estadual de Educação – SEE, 01(um) da Cepe Editora e 01(um) da Universidade de Pernambuco – UPE.

Também depois dos eventos da Região Metropolitana do Recife aqui analisados foram realizadas mais quatro escutas públicas no processo de construção do PELLLB: a da Região do Sertão do Araripe, dia 29 de novembro, no município de Bodocó; a da Região do Sertão Central, dia 01 de dezembro, no município de Salgueiro; a da Região do Sertão de Itaparica, dia 02 de dezembro, no município de Floresta; e a da Região do Sertão do Pajeú, dia 03 de dezembro, no município de Serra Talhada.

Em janeiro de 2017, o Grupo de Trabalho do PELLLB decidiu pela realização de mais uma escuta pública na RMR. O município escolhido foi Olinda, que deverá acolher a atividade no final do mês de março<sup>31</sup>. Além desta última escuta pública da RMR, outras ainda estão previstas nas seguintes Regiões de Desenvolvimento (RDs) do Estado: Sertão do Moxotó; Agrestes Central, Meridional e Setentrional; e Zonas da Mata, Norte e Sul – completando assim todas as RDs. Por fim, haverá ainda escutas públicas específicas com os povos indígenas e quilombolas. Todas elas com previsão de acontecerem no primeiro semestre de 2017.

---

<sup>30</sup> Todo o processo foi coordenado pelas secretarias estaduais de Cultura e Educação, em parceria com a Cepe Editora e o Fórum Pernambucano Em Defesa do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. In: <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/literatura/sociedade-civil-vai-ajudar-a-elaborar-o-plano-estadual-do-livro-leitura-literatura-e-bibliotecas/#sthash.aS4TyvdQ.dpuf>. Acesso em 14/12/2017.

<sup>31</sup> Não realizada até o término desse artigo.

## Referências bibliográficas:

BRASIL. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

BRASIL. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. 2ª ed. Texto atualizado com a revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC Brasília: Ministério da Cultura, 2008. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>. Acesso em: 25/07/2016.

Cultura PE. *Sociedade civil vai ajudar a elaborar o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas*. Disponível em:

<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/literatura/sociedade-civil-vai-ajudar-a-elaborar-o-plano-estadual-do-livro-leitura-literatura-e-bibliotecas/>. Acesso em: 14/12/2016.

BOTELHO, Isaura. *O financiamento da cultura – avaliação e perspectivas*. In: *Desafios para o Século XXI - Coletânea de Textos da 1a. Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. Brasília: Câmara dos Deputados - Comissão de Educação, Cultura e Desporto - Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2001. pp.473 a 477.

GUIMARÃES, Rosângela dos Reis. *Métodos e técnicas de diagnóstico participativo em sistemas de uso de terra – Apostila de curso* / Rosângela dos Reis Guimarães, José Nestor de Paula Lourenço, Francisneide de Sousa Lourenço. Manaus, Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.

REIS, Paula Félix dos. *Política cultural no Brasil: análise do sistema e do Plano Nacional de Cultura*. In: *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas* / Alexandre Barbalho ... [et al.], organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2011. □287 p. : il. – (Coleção Cult).

Revista Biblio – Cultura informacional. *PELLLB Pernambuco - O estado da arte do processo e o desafio de tornar este um estado de leitores*. Disponível em:

<http://bibliao.info/pelllb-pernambuco>. Acesso em 25/07/2016.

VERDEJO, Miguel Expósito Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/ por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.